



BAHIA

GESTÃO TRANSPARENTE E RESPONSABILIDADE COM AS CONTAS RESGATA A CONFIANÇA DOS VIGILANTES NO SINDICATO



A construção de uma relação de confiança dentro do sindicato com os trabalhadores foi possível graças a uma diretoria comprometida com os interesses da categoria e a uma equipe qualificada, em especial, da contabilidade que trata das contas da entidade.

“Nós assumimos a entidade no caos e desde a nossa posse, passamos por uma via-sacra até chegarmos à situação que estamos hoje. Saímos de uma receita negativa e isso foi possível com a ajuda do nosso escritório de contabilidade, a Contracon que adequou a nossa maneira de prestar contas e fez uma revisão dos gastos do sindicato”, explica Edimar Campos, presidente do Sindivigilantes.

Já a contadora da entidade, Gelcimara Nascimento Giacomin, afirma que no decorrer da trajetória do Sindivigilantes, atualmente é clara a qualidade do serviço desempenhado pela atual gestão.

“É um serviço de crescimento e prosperidade, visto a forma que chegou ao escritório no ano de 2015 e a forma que o mesmo se encontra nos dias atuais. Ele vem exercendo nessa administração uma qualidade nas suas atividades que anteriormente não se existia. As aprovações das contas têm sido feitas com muito rigor, e de forma sistemática. Vejo na atual administração um comprometimento dos representantes com a sua classe, transparência na realização das suas atividades, além de cumprimento com suas responsabilidades sociais, fiscais e trabalhistas”, diz Gelcimara.

Um dos pilares do Sindivigilantes é a transparência na gestão porque a diretoria não tem dúvidas que uma gestão transparente faz com que os trabalhadores sejam mais colaborativos com a entidade.

“O nosso trabalho que é realizado por uma gestão responsável proporciona melhores condições de interação dos trabalhadores, manutenção de direitos e novas conquistas para a categoria”, conclui Edimar Campos.

Reportagem: Assessoria de Imprensa Sindivigilantes (Mary Martins)

Moraes suspende ação sobre fracionamento de intervalo intrajornada

Ministro aplicou decisão de Gilmar Mendes que suspendeu todos os processos que envolvem a validade de pactos coletivos que limitam ou restringem direito trabalhista não assegurado constitucionalmente



Moraes suspende ação sobre fracionamento de intervalo intrajornada.(Imagem: Carlos Moura/SCO/STF)

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, atendeu ao pedido de uma multinacional dos setores farmacêutico, artefatos médicos e de higiene pessoal e determinou a suspensão do andamento de ação sobre controle de ponto e fracionamento do intervalo intrajornada.

O relator aplicou ao caso decisão do ministro Gilmar Mendes que, no tema 1.046 da repercussão geral, determinou a suspensão de todos os processos que envolvem a validade de pactos coletivos que limitam ou restringem direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

A multinacional acionou o STF contra decisão da 1ª vara do Trabalho de São José dos Campos/SP, sob alegação de descumprimento da ordem de suspensão nacional de processos proferida pela Corte nos autos do ARE 1.121.633. Neste caso, os ministros analisam a validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado pela CF.

Na origem, o caso versa sobre o fracionamento do intervalo intrajornada, o que, para a empresa reclamante, guarda relação com o tema do ARE e, por isso, deveria estar sobrestado. Por outro lado, o juízo entendeu que a matéria envolve norma de ordem pública.

O ministro Moraes deu razão aos argumentos da empresa:

“Os documentos demonstram que a ação ajuizada na origem versa sobre a validade de norma coletiva em que se pactuou o fracionamento do intervalo intrajornada, matéria relacionada diretamente ao Tema 1.046 da Repercussão Geral.”

Assim sendo, determinou a suspensão do andamento do processo até posterior pronunciamento no ARE 1.121.633.

Atuaram no caso os advogados Camila Caldorin Vettorazzo e Antonio Galvão Peres, do escritório Robortella e Peres Advogados.

Processo: Rcl 50.882

FONTA: MIGALHAS

Sérgio Nobre: Bolsonaro quer concluir serviço sujo com nova reforma trabalhista

Proposta do GAET só é boa para os patrões. Precariza o trabalho, cria insegurança jurídica e tira dos sindicatos a tarefa legítima de representação coletiva da classe trabalhadora



O governo Bolsonaro engatilha mais um ataque à classe trabalhadora, ao acenar com uma nova reforma trabalhista, apesar de o país sofrer com desemprego recorde e enfrentar crise econômica e social sem precedentes na história recente.

Dessa vez, o presidente negacionista quer basear seu projeto em estudo encomendado e elaborado por “especialistas” na medida exata para satisfazer somente patrões e precarizar ainda mais a vida da classe trabalhadora e as relações no mundo do trabalho.

“Toda a lógica dessa proposta é voltada a dar a máxima proteção e segurança jurídica apenas às empresas e nada aos trabalhadores, legalizando a precarização do trabalho e até protegendo a fraude trabalhista”, afirma o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, para definir o relatório elaborado pelo GAET (Grupo de Altos Estudos do Trabalho), criado pelo governo (por meio da portaria 1.001, de 4

de setembro de 2019) e entregue, ao governo Bolsonaro, em 29 de novembro, para subsidiar uma nova proposta de reforma trabalhista.

Para Sérgio Nobre, “o objetivo principal desse relatório é concluir o serviço sujo feito contra a classe trabalhadora pela reforma trabalhista aprovada em 2017, no então governo ilegítimo de Michel Temer. (MDB-SP). O GAET, segundo o governo, é “composto por ministros, desembargadores e juizes da justiça do trabalho, procuradores, economistas, pesquisadores, além de advogados especialistas em relações do trabalho”. “A maioria ligada ou representativa do setor patronal”, conforme o presidente nacional da CUT.

“O governo Bolsonaro convocou especialistas ligados a empresários e elaborou um documento de mudanças trabalhistas sem ouvir, consultar, enfim, sem nenhuma participação dos representantes legítimos da classe trabalhadora”, critica Sérgio Nobre.

O documento elaborado pelo GAET, que, segundo o governo, “está em avaliação”, apresenta propostas de mudanças na CLT e na Constituição. Traz pelo menos 330 alterações em dispositivos legais, a inclusão de 110 regras, alteração de 180 e revogação 40.

“São 262 páginas de relatório, que eu posso resumir assim: retira direitos da classe trabalhadora, flexibiliza contratações, precariza o trabalho, cria insegurança jurídica, exclui e reduz o papel do sindicato”, afirma o presidente nacional da CUT, ao lembrar que a reforma trabalhista de 2017 “foi criada sob a falsa justificativa de gerar 6 milhões de empregos, mas só causou destruição”.

Essa proposta, reitera Sérgio Nobre, visa fechar as brechas que flexibilizam, precarizam e legalizam a precarização e as formas de contratação e criam mais garantias para as empresas contra questionamentos que surgiram após a aprovação da reforma trabalhista de Temer, há quatro anos. Por isso, complementa o dirigente, a proposta do GAET objetiva dar garantia jurídica para que as empresas possam fazer contratações precárias sem serem questionadas pela Justiça como vem ocorrendo.

O presidente nacional da CUT explica: “em diferentes instâncias da Justiça do Trabalho, muitas negociações coletivas, ações do Ministério Público do Trabalho e de vários órgãos da sociedade questionaram aspectos da reforma de 2017; agora, o governo quer fechar as portas que o Judiciário e o MPT tentaram abrir questionando aquela reforma”.

Outro mote dessa proposta precarizante, segundo o presidente nacional da CUT, é concluir a reforma naquilo que não foi tratado há quatro anos”. Por exemplo: a regulação do trabalho por aplicativo e a regulamentação dos trabalhos aos domingos.

“Não é aceitável um estudo voltado a subsidiar uma proposta de reforma que estipula que o trabalhador tenha que trabalhar sete domingos seguidos para ter direito a folgar apenas um e que proíbe o vínculo empregatício a prestadores de serviço por aplicativos”, afirma o presidente nacional da CUT.

Ataque aos Sindicatos

As mudanças apresentadas pelo GAET ao governo federal querem tirar os sindicatos do mundo do trabalho. “O objetivo é ampliar as iniciativas que excluem os sindicatos da tarefa de representação coletiva, restringindo, ao máximo, a atuação sindical”, explica Sérgio Nobre. Pela proposta, o sindicato só poder representar o associado.

Para o presidente nacional da CUT, o resultado do relatório do GAET não representa todos os empresários do país, porque parte do setor patronal não concorda com as mudanças propostas, porque sabem que, se implementadas, e provocarão uma desorganização sindical que vai gerar mais conflitos entre trabalhadores e empresas.

“Imagina só se cada agência bancária tiver três sindicatos diferentes, com quem o patrão vai negociar. O governo quer promover um pseudopluralismo cujo único objetivo é fragilizar a organização sindical”, exemplifica.

Sérgio Nobre afirma que a CUT, assim como o Fórum das Centrais Sindicais que integra, estão preparados para a luta contra esse conjunto de propostas que pode vir a ser usado pelo governo para disparar uma nova reforma trabalhista. “Vamos denunciar, resistir, lutar e vencer, como fizemos contra a Medida Provisória 1.045, que não passou no Congresso graças a nossa mobilização”.

A MP 1045 foi e seus “jabutis” (dispositivos estranhos ao texto) foram arquivadas em setembro deste ano. Derrotada no Senado, a medida previa uma nova reforma trabalhista com a criação de regimes de contratação sem a garantia de direitos previstos na CLT para legalizar a precarização.

“Foi uma importante vitória para a classe trabalhadora, conseguida por meio da nossa atuação institucional realizada dentro do Congresso Nacional, com muita pressão sobre os parlamentares, e da luta da base sindical, que foi para as ruas e redes sociais, os aeroportos e bases parlamentares, dizer não a essa medida inconstitucional”, lembra o presidente nacional da CUT.

“A rejeição da MP 1.045 pelo Senado foi resultado do trabalho institucional muito bem feito e bem organizado pelo movimento sindical dentro do Congresso Nacional, uma conquista da unidade das centrais sindicais”, afirma Sérgio Nobre.

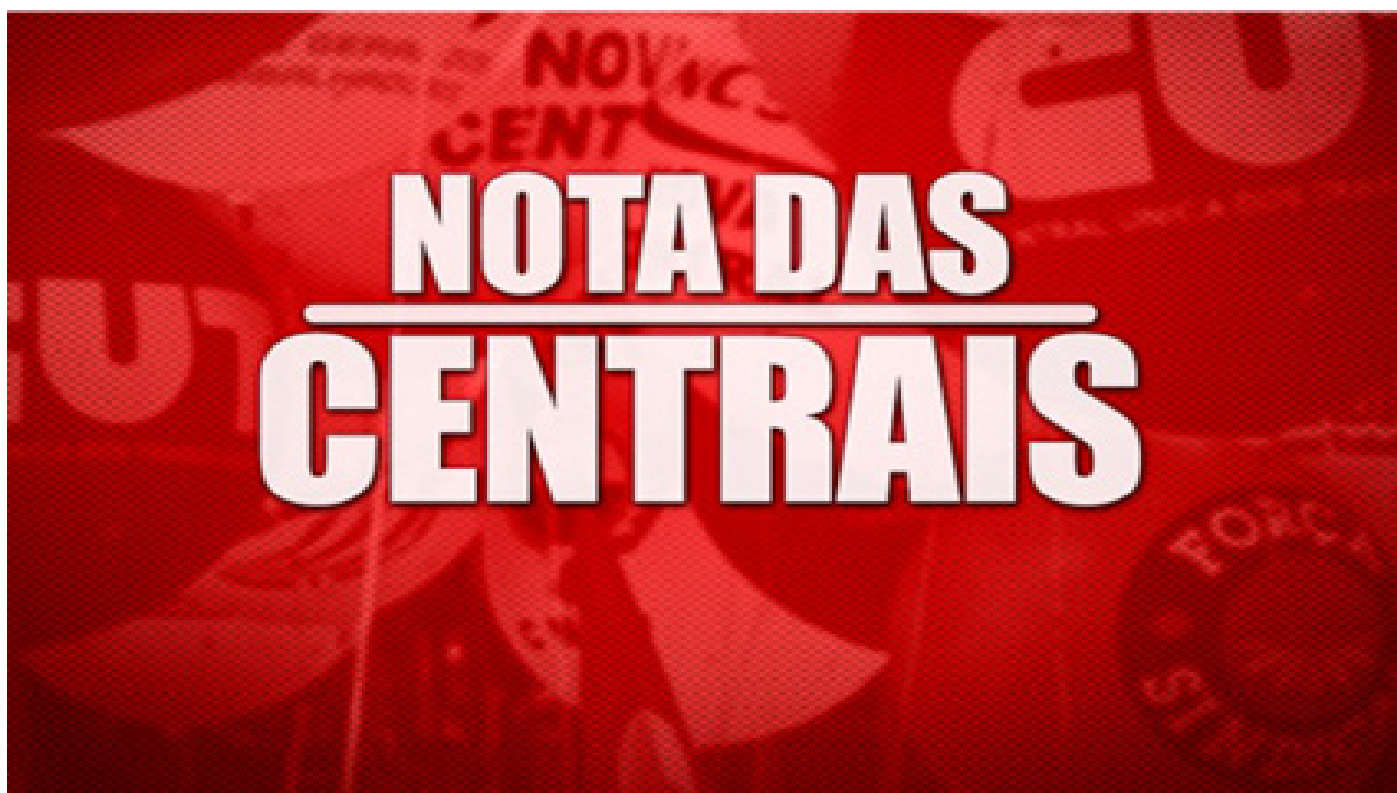
“Vamos fazer tudo de novo, se essa proposta vier a ser feita pelo governo, porque não me cansarei de repetir: trabalho sem direitos é escravidão”, completou o presidente nacional da CUT.

O tema central a ser discutido no país, afirma Sérgio Nobre, é a geração de empregos de qualidade, a inclusão social, a defesa da democracia e a recuperação da soberania. Esse é o centro do debate a ser feito, essa é a discussão prioritária e urgente para a classe trabalhadora e para todos os brasileiros e brasileiras.”

FONTE: CUT - Vanilda de Oliveira

Centrais sindicais mobilizam sindicatos e trabalhadores contra a fome

Em nota, as centrais sindicais anunciam ação solidária neste fim ano, momento em que falta comida e governo ao Brasil



As Centrais Sindicais unem-se a movimentos populares e organizações da sociedade na luta para garantir alimentos, neste final de ano, à população vulnerável, desempregada e em insegurança alimentar, um contingente que já ultrapassa 125 milhões de brasileiros e brasileiras. De 10 de dezembro a 6 de janeiro, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, CSP-Conlutas, Intersindical Central da Classe Trabalhadora, Intersindical Instrumento de Luta da Classe Trabalhadora e Pública Central do Servidor e seus sindicatos filiados irão se somar à campanha nacional “Natal Sem Fome: cultivando a solidariedade”, impulsionada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O objetivo é arrecadar recursos financeiros e alimentos para montagem de cestas básicas com produtos da agricultura familiar para distribuição às famílias em situação de insegurança alimentar e apoiar as cozinhas comunitárias e marmitas solidárias que atendem desempregados e população de rua.

O Brasil sob o desastroso governo de Jair Bolsonaro chega ao final de 2021 em meio à sua mais grave crise social e econômica, o pior momento da história recente para a classe trabalhadora.

Mais da metade (59,3%) da população - 125,6 milhões de brasileiros - sofrem hoje algum grau de insegurança alimentar. Desse total, pelos menos 20 milhões acordam e dormem

sem ter o que comer, ou seja, passam fome. O desemprego recorde, a pandemia da Covid-19 negada por Bolsonaro e a alta geral nos preços empurraram o Brasil de volta ao Mapa da Fome, de onde o país havia saído em 2014, por meio de programas e ações exitosas adotadas nos governos de Lula e Dilma.

Além de negar a pandemia, incentivar o uso de tratamentos ineficazes, boicotar o isolamento e a vacina, o governo Bolsonaro, ao acabar com o Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, deixou 29,4 milhões de brasileiros pobres sem nenhum apoio. Essa é a diferença entre o número de pessoas atendidas pelos programas que terminaram e aquelas que terão acesso ao Auxílio Brasil.

As Centrais Sindicais, desde o início da pandemia, convocaram e mobilizaram os seus sindicatos de base a realizar campanhas de doação de alimentos e itens essenciais à sobrevivência da população em situação

vulnerável, em especial, trabalhadores desempregados. Em todo o Brasil, o movimento sindical atendeu o chamado, arrecadou e distribuiu milhares de toneladas de alimentos, produtos de limpeza e de higiene, vendeu gás de cozinha e combustível a preço justo, usando as estruturas dos sindicatos. Não trata-se de assistencialismo, mas sim de ação solidária no momento em que falta comida e falta governo ao Brasil.

A proximidade das celebrações de fim de ano e o agravamento da crise social exige que nossas ações sejam intensificadas. Não bastasse a fome e o desemprego, vemos, nas últimas semanas, intensificarem-se as ameaças de despejo de famílias em ocupações no campo e na cidade. A solidariedade da classe trabalhadora nunca foi tão necessária e o movimento sindical responderá como sempre tem respondido, junto ao povo e pelo povo.

Brasil, 06 de dezembro de 2021

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

José Reginaldo Inácio, diretor da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Antônio Neto, presidente da CSB, (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Atnágoras Lopes, secretário Executivo Nacional da CSP-Conlutas

Edson Carneiro Índio, secretário-geral da Intersindical (Central da Classe Trabalhadora)

José Gozze, presidente da Pública, Central do Servidor

Emanuel Melato, coordenação da Intersindical Instrumento de Luta

Confira aqui a nota das Centrais

NOTA | NATAL SEM FOME CENTRAIS MOBILIZAM SINDICATOS E TRABALHADORES CONTRA A FOME

Ação solidária no momento em que falta comida e governo ao Brasil As Centrais Sindicais unem-se a movimentos populares e organizações da sociedade na luta para garantir alimentos, neste final de ano, à população vulnerável, desempregada e em insegurança alimentar, um contingente que já ultrapassa 125 milhões de brasileiros e brasileiras. De 10 de dezembro a 6 de janeiro, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, CSP-Conlutas, Intersindical Central da Classe Trabalhadora, Intersindical Instrumento de Luta da Classe Trabalhadora e Pública Central do Servidor e seus sindicatos filiados irão se somar à campanha nacional “Natal Sem Fome: cultivando a solidariedade”, impulsionada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra). O objetivo é arrecadar recursos financeiros e alimentos para montagem de cestas básicas com produtos da agricultura familiar para distribuição às famílias em situação de insegurança alimentar e apoiar as cozinhas comunitárias e marmitas solidárias que atendem desempregados e população de rua. O Brasil sob o desastroso governo de Jair Bolsonaro chega ao final de 2021 em meio à sua mais grave crise social e econômica, o pior momento da história recente para a classe trabalhadora. Mais da metade (59,3%) da população - 125,6 milhões de brasileiros - sofrem hoje algum grau de insegurança alimentar. Desse total, pelos menos 20 milhões acordam e dormem sem ter o que comer, ou seja, passam fome. O desemprego recorde, a pandemia da Covid-19 negada por Bolsonaro e a alta geral nos preços empurraram o Brasil de volta ao Mapa da Fome, de onde o país havia saído em 2014, por meio de programas e ações exitosas adotadas nos governos de Lula e Dilma. Além de negar a pandemia, incentivar o uso de tratamentos ineficazes, boicotar o isolamento e a vacina, o governo Bolsonaro, ao acabar com o Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, deixou 29,4 milhões de brasileiros pobres sem nenhum apoio. Essa é a diferença entre o número de pessoas atendidas pelos programas que terminaram e aquelas que terão acesso ao Auxílio Brasil. As Centrais Sindicais, desde o início da pandemia, convocaram e mobilizaram os seus sindicatos de base a realizar campanhas de doação de alimentos e itens essenciais à sobrevivência da população em situação vulnerável, em especial, trabalhadores desempregados. Em todo o Brasil, o movimento sindical atendeu o chamado, arrecadou e distribuiu milhares de toneladas de alimentos, produtos de limpeza e de higiene, vendeu gás de cozinha e combustível a preço justo, usando as estruturas dos sindicatos. Não trata-se de assistencialismo, mas sim de ação solidária no momento em que falta comida e falta governo ao Brasil. A proximidade das celebrações de fim de ano e o agravamento da crise social exige que nossas ações sejam intensificadas. Não bastasse a fome e o desemprego, vemos, nas últimas semanas, intensificarem-se as ameaças de despejo de famílias em ocupações no campo e na cidade. A solidariedade da classe trabalhadora nunca foi tão necessária e o movimento sindical responderá como sempre tem respondido, junto ao povo e pelo povo. Brasil, 06 de dezembro de 2021 Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) Miguel Torres, presidente da Força Sindical Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores) Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) José Reginaldo Inácio, diretor da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) Antônio Neto, presidente da CSB, (Central dos Sindicatos Brasileiros) Atnágoras Lopes, secretário Executivo Nacional da CSP-Conlutas Edson Carneiro Índio, secretário-geral da Intersindical (Central da Classe Trabalhadora) José Gozze, presidente da Pública, Central do Servidor Emanuel Melato, coordenação da Intersindical Instrumento de Luta

FONTE: Centrais Sindicais

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF